

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO EM REUNIÃO DO SETOR DAS IFES - SEDE DO ANDES, BRASÍLIA,
10 e 11 de MARÇO DE 2018

ISABELLE MEUNIER, em 14 de março de 2018

A reunião iniciou-se por volta das 9h30, na sede do Andes, Edifício Cedro II, 3º andar, sob a coordenação da mesa integrada por Cláudio (RJ), Andrea (EBTT-PA) e Renata (EBTT – UFV). Estavam presentes representantes de 27 seções sindicais. Foi distribuída a pauta de reunião e as Resoluções do 37º Congresso do Andes, no que se refere ao Plano de Lutas no âmbito dos SPF e do setor das IFES.

Pauta:

- 1) Informes;
- 2) Avaliação da conjuntura, encaminhamentos do 37º Congresso do Andes e deliberações do FONASEFE;
- 3) Encaminhamentos;
- 4) Outros assuntos.

1.1) Informes da mesa:

- a. Realização de reunião da CSP-Conlutas ocorrendo em São Paulo.
- b. Curso de Formação Sindical no Acre – necessidade de envios de inscrições.
- c. Participação do Andes no Fórum Social Mundial – programação em tenda conjunta, apresentando documentário dos 30 anos, debates sobre a dívida e sobre as reformas do governo Temer, documentários lançados no 37º Congresso, debate sobre democratização do serviço público, frente de defesa das instituições públicas de ensino superior.
- d. Eleições dos ANDES – data limite de 5 de abril para enviar a lista dos sindicalizados aptos a votar.
- e. FONASEFE (Renata): Reunião de 2 de março, recebidos pelo secretário Akira, que declarou que não há possibilidades de reajustes por falta de recursos devido a questões emergenciais que precisaram ser atendidas, como febre amarela e intervenção federal no Rio. Informou que não serão autorizados concursos para vagas, apenas cerca de 20%, voltados às áreas de segurança, informou sobre PL que reestrutura cargos dos serviços público e que a única carreira que não vai sofrer modificações é a carreira docente. Última reunião do FONASEFE em 4 de março, com a presença do PROIFES, e nova reunião ampliada em abril.
- f. MP 805/2017 – suspensa pela ADI, ação tem Andes como *amicus curiae* -> suspensos os efeitos mais continua tramitando (extensão do prazo por 60 dias após 6/3).
- g. Nota Técnica do MPOG – 2556/2018 (sob análise do jurídico): exigência de diploma, não acumula interstícios, posição sobre retroativos.

1.2) Informe das ADs

Foram apresentados os informes da Aduferpe, atendendo aos itens sugeridos pela mesa: avaliação dos dias 19 de fevereiro e 8 de março; Frente de defesa das IES públicas; participação nas preparatórias da CONAPE e do III ENE e em fóruns estaduais de servidores públicos e relatos de casos de perseguição a docentes. Nossa intervenção se deu de acordo com texto a seguir, enviado à mesa, conforme recomendação, por e-mail, para Renata (renata.rena@ufv.br) (Ver Quadro 1).

Quadro 1 - INFORMES À REUNIÃO DO SETOR DAS IFES, EM 10 E 11 DE MARÇO DE 2018, BRASÍLIA – DF - ADUFERPE

Representante: Profa. Isabelle Meunier - Vice-presidenta.

Avaliação dos dias 19 de fevereiro e 8 de março.

No dia 19 de fevereiro foram conduzidas Assembleias de mobilização em Recife, Garanhuns e Serra Talhada, cuja realização foi deliberada em reunião do Conselho de Representantes, realizada dia 5 de fevereiro. Análises de conjuntura realizadas nas assembleias deram-se em torno da necessidade de reagir à destruição da Previdência, mesmo diante da iminência de retirada de pauta do PL da contrarreforma. Votou-se pela participação no ato unificado, à tarde, que reuniu grande quantidade de pessoas no Parque 13 de Maio, que saiu em marcha até a Av. Dantas Barreto, no centro de Recife.

No dia 8 de março, a Aduferpe participou de ato na própria universidade, juntamente ao coletivo de Mulheres da UFRPE, encaminhando à Reitoria reivindicação pela creche e se posicionando contra ações truculentas da administração, ao iniciar processo de expulsão de serviço de reprografia, alguns deles estabelecidos há mais de 20 anos em espaços da universidade.

À tarde, a Aduferpe participou da marcha organizada pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco, colaborando, inclusive, com apoio financeiro para a organização. A Aduferpe confeccionou e levou uma faixa para a marcha e lá foram distribuídos adesivos com o lema *Lugar de Mulher é onde ela quiser*.

Além disso, a Aduferpe encaminhou *cards* e mensagens por e-mails com homenagem às mulheres e dedicou o mês de março à lembrança de Soledad Barrett, militante assassinada em Recife em 1973, grávida do seu delator, o Cabo Anselmo. Infelizmente não se pode realizar atividades mais sistemáticas no mês de março porque o recesso se inicia na próxima semana (12 de março), após o término do segundo semestre letivo de 2017, estendendo-se até 19 de abril.

Frente em Defesa das IES públicas

Não há envolvimento específico com esta frente que, na verdade, não existe localmente. Por outro lado, foi criada, ainda em dezembro de 2017, a Frente Pernambucana de Defesa da Universidade Pública, em cujo lançamento a Aduferpe esteve presente, assim como na primeira reunião, na sede da Aduferpe (UFPE) e na segunda reunião, na própria sede da Aduferpe. Como resultado, até agora, se teve a elaboração de texto para divulgação, que explicita as dificuldades de financiamento das universidades públicas.

Participação na preparação da CONAPE

Conforme resposta já fornecida ao Andes, a Aduferpe vem acompanhando o Fórum Municipal Popular de Educação e apoiará a realização da Conferência Municipal Popular de Educação - COMUPE que ocorrerá em Recife, nos dias 03 e 04 de abril, antecedendo a Conferência Estadual Popular de Educação em Pernambuco. Na COMUPE, a presidenta a Aduferpe

coordenará o GT sobre a Valorização dos Profissionais da Educação. Não é presença na Conferência Estadual, por falta de pessoas para acompanhar as atividades.

EBTT e RCS

Conforme resposta já encaminhada ao Andes, não se tem professores nesta condição e não há discussões nem normativas a respeito de RCS.

Participação em fóruns estaduais de funcionários públicos

Foram feitos alguns contatos, no final de 2017, com integrantes do fórum de servidores públicos de Pernambuco, mas desde a posse desta diretoria da Aduferpe, no final de novembro de 2017, não houve convites nem notícias de reuniões.

Relatos de perseguições a docentes

Não há casos relatados de perseguição a professores, especificamente, mas uma preocupação geral com a atuação “dos órgãos de controle” que parecem nortear todas as ações da gestão universitária, contrariamente à autonomia administrativa.

Participação em etapas preparatórias do III ENE

Não há movimentação a respeito nem foram encontrados relatos de iniciativas anteriores de participação em etapas preparatórias do I ou II ENE, apenas relatórios de participação de representantes da Aduferpe, em 2014, sem registro de ações que lhes dessem consequência. O ENE, portanto, é uma ação a ser (re)construída no âmbito da Aduferpe e mesmo das demais entidades em Pernambuco.

Alguns aspectos da pauta local

A Aduferpe tem atuado buscando esclarecer e apoiar os docentes das Unidades Acadêmicas (Garanhuns e Serra Talhada) a respeito de processos confusos de “emancipação”, nos quais preponderam interesses eleitoreiros; também, atuando junto ao Conselho de Representantes, vem tentando equacionar melhor aspectos da multicampia no sindicato e da participação no processo da estatuinte da UFRPE. Isto, além de conduzir, como prioridade, a aproximação com a base e a ampliação do número de sindicalizados, entendendo que a melhoria na comunicação é um instrumento importante para atingir esses objetivos, além, é claro, de uma atuação sindical ativa, corajosa e independente.

Após os informes de todas as Seções Sindicais presentes houve o intervalo para almoço, recomeçando, à tarde, com **Análise de Conjuntura**.

Fala 1 (Cláudio – RJ/Andes) destacou a necessidade de atuar em duas frentes, buscando unidade com os trabalhadores da Educação e com os Servidores Públicos, inclusive nos estados, reagir aos ataques à autonomia universitária, que hoje se evidencia por diversas iniciativas de controle do trabalho docente e por ameaças à liberdade de cátedra. Destacou a importância, para isso, de trabalhar para organizar o III ENE. Acenou para o dia 28 de março como Dia Nacional de Lutas.

Fala 2 (UFSE) alertou para o fato de que sai a reforma da previdência, mas ficam EC 95, Terceirização e reforma trabalhista, tendo como encaminhamento para a centralidade da luta

a unidade e a ação direta, colocando como desafio encaminhar a luta pelas revogações das reformas já aprovadas.

Fala 3 (Luciana – UFCG) ressaltou que não se pode ignorar as eleições, embora tenhamos nossas pautas.

Fala 4 ilustrou a situação atual dizendo que a seção sindical já foi recriminada pelos pares por estender uma faixa de “Fora Temer”, mas que agora a palavra “golpe” é aceita por quem a rejeitava.

Fala 5 (Eduardo – Uberlândia) ressaltou a necessidade de considerar o quadro político e as ameaças advindas com o novo decreto (?), ataques ao PIBID e fortalecimento da EaD.

Fala 6 (Suzana – IFE) relatou que, antes, a luta era junto ao PT e a CUT e agora, após o afastamento, há tentativa de aproximação da CUT mas falta confiança. Reclamou a necessidade de informar tabelas remuneratórias, resultado da Lei 2015, negociadas pelo PROIFES, declarando que o Andes não informa, sendo necessário recorrer ao site do PROIFES.

Fala 7 destacou os ataques que vem de todos os sentidos e a capacidade pífia de reação e que os ataques a autonomia estão chegando à sala de aula.

Fala 8 (Gustavo, Lavras) ressaltou a militarização desde os governos sociais-liberais.

Fala 9 (Carlos) falou da pauta-bomba e do “carreirão” do serviço público que está sendo gestado, que não se pode tirar o a reforma da previdência da pauta porque a vitória tem prazo de validade. A pauta da “luta contra o golpe” mais atrapalhou do que ajudou a luta dos trabalhadores e Lula, em sua entrevista à Folha, está “batendo palmas para Temer”. A questão não é criticar o Andes porque não divulga, mas criticar o acordo do Proifes, lembrando sempre da sua criação e do papel desempenhado pela CUT e por Tarso Genro.

Fala 10 (Fernando UFPB) lembrou que o golpe trouxe com ele os ataques à soberania, defendeu que a defesa da democracia e da autonomia universitária seja a centralidade da luta e criticou o Andes por ter ficado paralisado frente ao golpe enquanto os comitês pela democracia pipocavam por todo país – “Para resistir, tem de fazer política”.

Fala 11 (Cláudio – Andes) destacou qual o papel do sindicato e as ações que fazem o sindicato se movimentar e que não se pode levar a luta pelas revogações a partir de uma pauta eleitoral. Lembrou que é um risco dissociar os fatores de ataque (sufocamento econômico e autonomia de cátedra, por exemplo), lembrando que o Marco de C&T é também uma ameaça a autonomia universitária e que há um fortíssimo lobby do setor privado, há muito tempo.

Fala 12 afirmou que o que está aí o mesmo de antes, só que não se tem mais o verniz do diálogo.

Fala 13 (Andrea – Andes) indagou “quem fez a reforma da previdência de 2004?” para afirmar que o projeto de conciliação de classes faliu e que não há saída dentro do sistema, destacando a necessidade de nacionalização das ações diretas para enfrentamento.

Fala 14 afirmou que a autonomia não existe de fato, observou a apatia da base e o esvaziamento das assembleias ao mesmo tempo que destacou que a via eleitora não vai mudar a vida do trabalhador, daí a necessidade de retomar a questão da greve geral.

Fala 15 (Rose – UFPA) leu nota da imprensa relativa a reforma da previdência feita por Lula, afirmou que os recursos do programa Ciências sem Fronteiras foi para financiar instituições

nos EUS e na Europa, não na América Latina, ao mesmo tempo que o FIES financiou e financia as instituições particulares.

Fala 16 (Ailton) propôs rodada de assembleia para saber como se encaminha essa luta.

Fala 17 (Eduardo) lembrando que há deputado levando dinheiro para universidade, como emenda parlamentar. Destacou a necessária valorização do serviço público.

Fala 18 (Luciana) questionou o “governo de esquerda” do PT mas destacou que é preciso pensar nas eleições, dialogar com a FBP e indagou como encaminhar a campanha salarial.

Fala 19 (Andrea – Andes) falou do Decreto 9262/2018 e da extinção de cargos, destacando a necessidade da unidade e propôs um Informa Andes com informações sobre os ataques às Universidades.

Fala 20 (Cláudio – Andes) colocou a luta pela autonomia como um novo alvo da luta, expandindo o debate para a revogação da EC 95 e o projeto de regulamentação da autonomia, que defende a autonomia de “geração financeira”. Esclareceu que a Lei 13.325/2015 e as tabelas originárias do acordo com o Proifex foram discutidas em reunião de 2016, tendo como constatações o achatamento da Dedicção Exclusiva (que passa para 2X) e que, apesar do sentido organizador, causa um achatamento geral na carreira. Não pareceu claro se concorda ou não com o fato da “campanha salarial estar rifada pelo acordo de 2015” e, sobre isso, desatou discussão são carreiras e salários em abril (FONASEFE?).

Fala 21 (Renata – Andes) falou sobre o Fonasefe e disse não haver mobilização para fazer greve do serviço público, desatacando a próxima reunião de abril.

Foi observado que 22 de março será a primeira reunião da Comissão que vai tratar da questão de perseguições.

Ao finalizar a reunião, foi informado que alguns encaminhamentos foram registrados quando apresentados nas falas, outros poderiam ser encaminhados, por escrito, à mesa, assim como mandados por e-mail.

À noite, enviei a seguinte proposta de encaminhamento, assim como o texto do Quadro já apresentado:

*Em nome da Aduferpe, encaminho a necessidade termos material informativo sobre a campanha salarial e definição de agenda de lutas focada nesta questão. É fundamental ter essas informações para esclarecimento dos docentes. Fortalecer a unidade com os SPF, somando ao FONASEFE, significa, efetivamente, atrelar a campanha salarial à pauta unificada? Se sim, desdobrar essa campanha junto à base, para não ficar restrita apenas aos relatórios de reuniões ampliadas
Outros encaminhamentos fundamentais certamente já foram registrados, que devem convergir para a afirmação dos valores de autonomia e democracia nas universidades e reação aos ataques aos direitos dos trabalhadores - e buscar o desdobramento em ações articuladas nacionalmente (essa é a parte difícil que parece exigir encaminhamentos concretos).
Até amanhã
Isabelle*

No dia seguinte, 11 de março, a reunião começou pouco após as 9h, com discussão dos **encaminhamentos**. Inúmeras questões foram abordadas, entre elas a posição do sindicato frente a problemas das seções sindicais com planos de saúde e a necessidade de ser informações mais claras e objetivas sobre a campanha salarial, que não aparece explicitamente nos encaminhamentos, mas escamoteada por expressões como “política de remuneração”, e a questão dos refugiados.

Como foi apontada uma série de ações de mobilização em março corrente (assembleias, dia de luta), destaquei inúmeras vezes que estaríamos em recesso, e vários colegas disseram estar na mesma situação, assim como dificilmente teríamos o dia 28 como dia de luta estudantil e ficou acordado que isso aconteceria quando possível.

Encaminhamentos (conforme Relatório enviado por meio de Circular nº 61/18, de 14 de março de 2018)

a) *Realizar rodada de Assembleias Gerais até o dia 23 de março, pautando os seguintes pontos:*

- *Dia nacional de paralisação na data da próxima reunião com o MPOG¹*
- *Fortalecimento e organização da Frente Nacional em Defesa das IES Públicas;*
- *Estratégias de luta contra os ataques à autonomia universitária (controle das atividades acadêmicas, proibição de oferta de disciplinas e de realização de pesquisas, ataques à autonomia pedagógica, restrições orçamentárias, etc.);*
- *Organização de proposta de cronograma de agitação/mobilização no sentido de construir a luta pela revogação da EC 95, a Reforma Trabalhista e a Lei de Terceirizações.*
- *Construção das etapas regionais preparatórias ao III ENE²;*

b) *Articular, em conjunto com os SPFs nos estados, a luta em defesa dos serviços públicos, pautando ações de enfrentamento à EC 95, à contrarreforma trabalhista, Lei da terceirização, PLS 116/2017 (perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável), MP 805/2017 (posterga ou cancela aumentos remuneratórios para os exercícios subsequentes, altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, quanto à alíquota da contribuição social do servidor público e a outras questões), Decreto 9262/2018, PLS 204/2016 (autoriza União, estados e municípios a cederem direitos creditórios ao setor privado) e o PDV (Plano de Demissão Voluntário); Reforma do Ensino Médio, BNCC, Escola Sem Partido.*

c) *Produzir InformAndes Especial a respeito da Política de Remuneração Salarial e os ataques estabelecidos pela MP 805/2017 além dos recentes ataques às condições de trabalho docente.*

¹ Este encaminhamento foi feito ao final da reunião, resultado de comunicação do representante do Andes em reunião da CSP-Conlutas, que deliberou a paralisação dos SPF no dia da abertura de negociação, ainda não agendado mas estimado até dia 10 de abril. Indaguei se se tratava de posição unitária do Fonasefe, já que ainda não houve reunião a respeito, e Cláudio informou que a posição ainda vai ser levada ao Fonasefe, mas que é essa a deliberação da CSP-Conlutas aos seus sindicatos do setor SPF.

² Eu e colegas de outras Seções Sindicais indicaram ter dificuldades para organização do III ENE, inclusive por não termos informações a respeito. Foi indicado que buscássemos nos articular com outras entidades da Educação.

d) Que as seções sindicais organizem debates a respeito da situação dos venezuelanos refugiados no Brasil, especialmente em Roraima, na perspectiva da construção de ações de apoio e solidariedade.

AGENDA:

15 de março: protocolar a pauta³ do setor das IFES no MEC e exigir reunião de negociação;

28 de março: fortalecer nos estados o Dia nacional de lutas dos estudantes brasileiros, em articulação com movimento estudantil e demais entidades que lutam em defesa da educação pública;

13 e 14 de abril: Reunião conjunta dos Setores das IFES/IEES-IMES, do GTCarreira, do GTPFS e do GTPE;

15 de abril: Reunião do Setor das IFES.

³ Indaguei sobre a pauta e a mesa informou será atualizada a partir da apresentada em fevereiro de 2017, constante em Circular nº 32/17, de 17/02/2017 (Ver: <http://www.andes.org.br/andes/print-setor.andes?id=1>).